

COMUNICADO

Plano Estratégico de Infraestruturas de Transportes

O Presidente da República propôs um acordo político abrangente e de longa duração para garantir a estabilidade das principais políticas necessárias para que Portugal vença a crise, decorrendo neste momento negociações com este objectivo. Neste contexto, a ADFERSIT vem reiterar a necessidade de aplicação do mesmo princípio às políticas de transportes, em particular à construção das principais infraestruturas de que o país precisa para o futuro. É importante que a construção de infraestruturas de transportes deixe de obedecer a lógicas casuísticas, frequentemente associadas a interesses privados ou de governantes que pretendem colocar em causa tudo o que os seus antecessores fizeram ou decidiram. Isto origina decisões sem Visão Estratégica e racionalidade custo/benefício para a economia nacional, com custos elevadíssimos para os cidadãos e as empresas, que perduram por várias décadas.

Neste sentido, propomos que no âmbito do acordo em negociação os partidos políticos se comprometam com a elaboração de um Plano Estratégico de Infraestruturas de Transportes para que as infraestruturas a construir sirvam a economia e as necessidades de mobilidade dos cidadãos no médio e longo prazo. Para este efeito, o Plano deve basear-se numa perspectiva abrangente e considerar:

- Um horizonte temporal de pelo menos 40 anos, embora deva ser mais detalhado para a próxima década
- A inserção internacional de Portugal e a sua inserção plena nas Redes Trans-Europeias e globais de Transportes
- As condicionantes de sustentabilidade (ambientais, energéticas, sociais e económicas)
- O planeamento estratégico das infraestruturas de cada modo deve inserir-se no contexto mais global das redes e sistemas de transportes, ligando e integrando de forma adequada os modos ferroviários, rodoviário, aéreo e marítimo, de forma a aumentar a eficiência e sustentabilidade das redes de transportes.

Após a elaboração de uma proposta inicial, esta deverá ser discutida publicamente, com os técnicos, os agentes económicos e toda a sociedade, e revista em função disso. Deve tentar obter-se um consenso o mais alargado possível com a sociedade civil e as principais forças políticas. Assim o Plano poderá ser aplicado de forma estável (embora os timings tenham de ser ajustados ao longo do tempo em função das necessidades e recursos disponíveis) sem ser alvo de contestação permanente, beneficiando a economia e as empresas.

Deve ser dada particular atenção à nova realidade económica e às perspetivas do comércio mundial, incluindo:

- Os principais eixos de mobilidade internacional e interna de mercadorias, incluindo ligações às principais plataformas logísticas, portos e centros/unidades de produção relevantes
- Os principais eixos de mobilidade de passageiros, entre os centros populacionais de Portugal e de Espanha, da UE e dos destinos mais relevantes no resto do mundo;
- A definição das necessidades de mobilidade nesses eixos e nas ligações aos principais nós, tanto de mercadorias como de passageiros

Nesta perspetiva a ADFERSIT considera que o Plano Estratégico de Infraestruturas de Transportes deve incluir, entre outros:

- O planeamento e definição de prioridades para a nova rede ferroviária de bitola europeia, que deve ser projectada para tráfego misto e incluir ligações aos principais portos e plataformas logísticas (para mercadorias) e aeroportos e nós de transportes urbanos e regionais (para passageiros)
- O planeamento da transição para a bitola europeia na rede ferroviária convencional
- A garantia da capacidade aeroportuária necessária às ligações à Europa e ao resto do mundo, incluindo o tráfego de transferência no hub de Lisboa
- A melhoria/ampliação dos terminais portuários de contentores
- A definição dos eixos de atuação ao nível do transporte urbano e suburbano das principais cidades, que por razões de sustentabilidade se devem basear na promoção do transporte colectivo.

A Direcção da ADFERSIT

16 de Julho de 2013